



Audiência Pública - CAE

Situação Fiscal dos Estados

Secretaria de Estado da Fazenda

Brasília | 19 de abril de 2016



Sumário da Apresentação

1

Contexto da Crise dos Estados

2

Balanço de 2015 – A Experiência de GO

3

O PLP257/16

4

Conclusões



Sumário da Apresentação

1

Contexto da Crise dos Estados

2

Balanço de 2015 – A Experiência de GO

3

O PLP257/16

4

Conclusões



Crise fiscal na União, nos Estados e nos Municípios

- ✓ A LRF está sendo cumprida
- ✓ O PAF está sendo cumprido

Ainda assim:

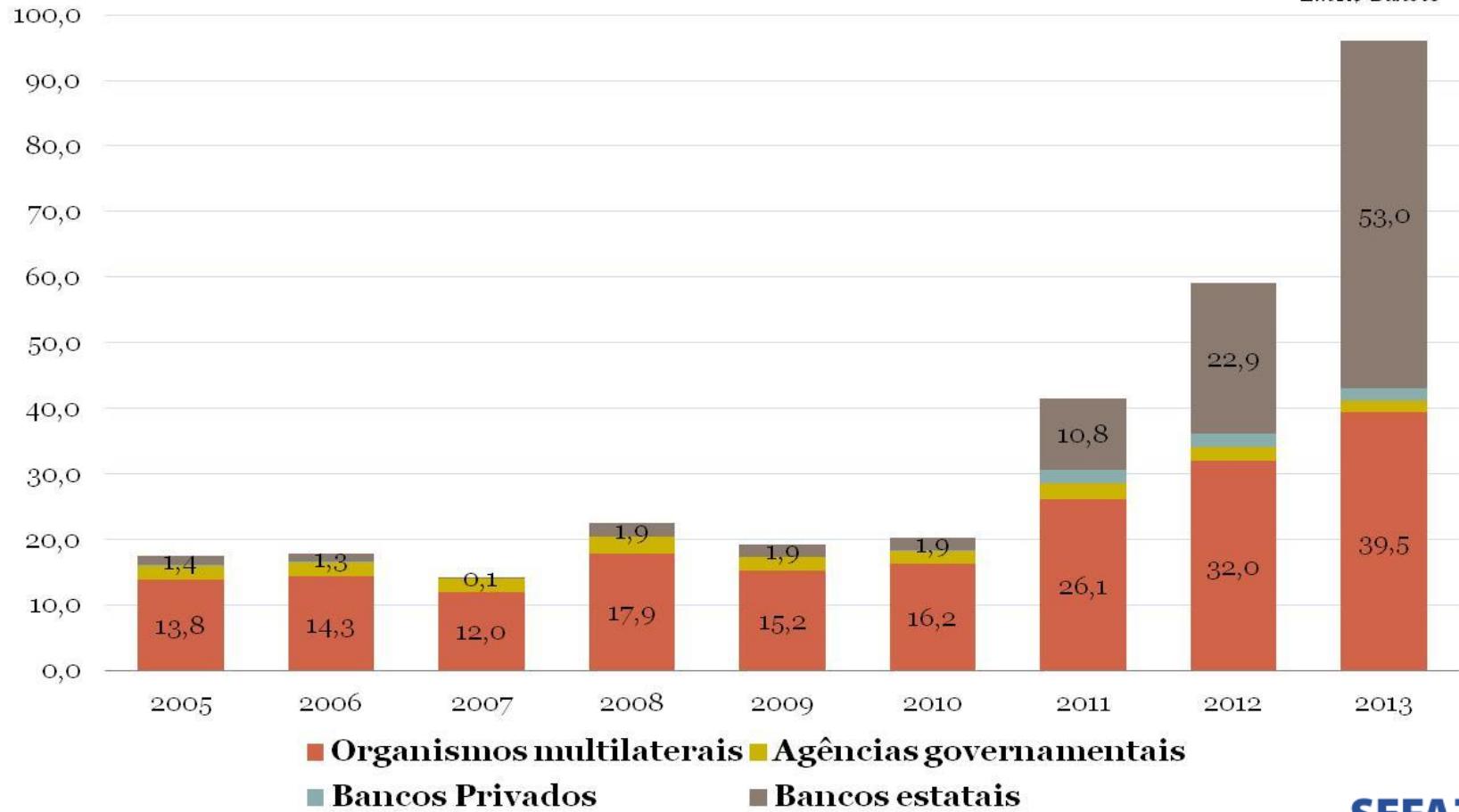
- despesas obrigatórias – em particular com a folha de pagamentos estão acima da capacidade financeira do Estado

- Como chegamos onde estamos
 - Nova Matriz Econômica nos Estados
 - Frustração nas expectativas de receita
 - Rrigidez das despesas
 - Mudança drástica na orientação da União em relação a empréstimos a Estados



Garantias da União a estados, municípios e controladas

Em R\$ Bilhões



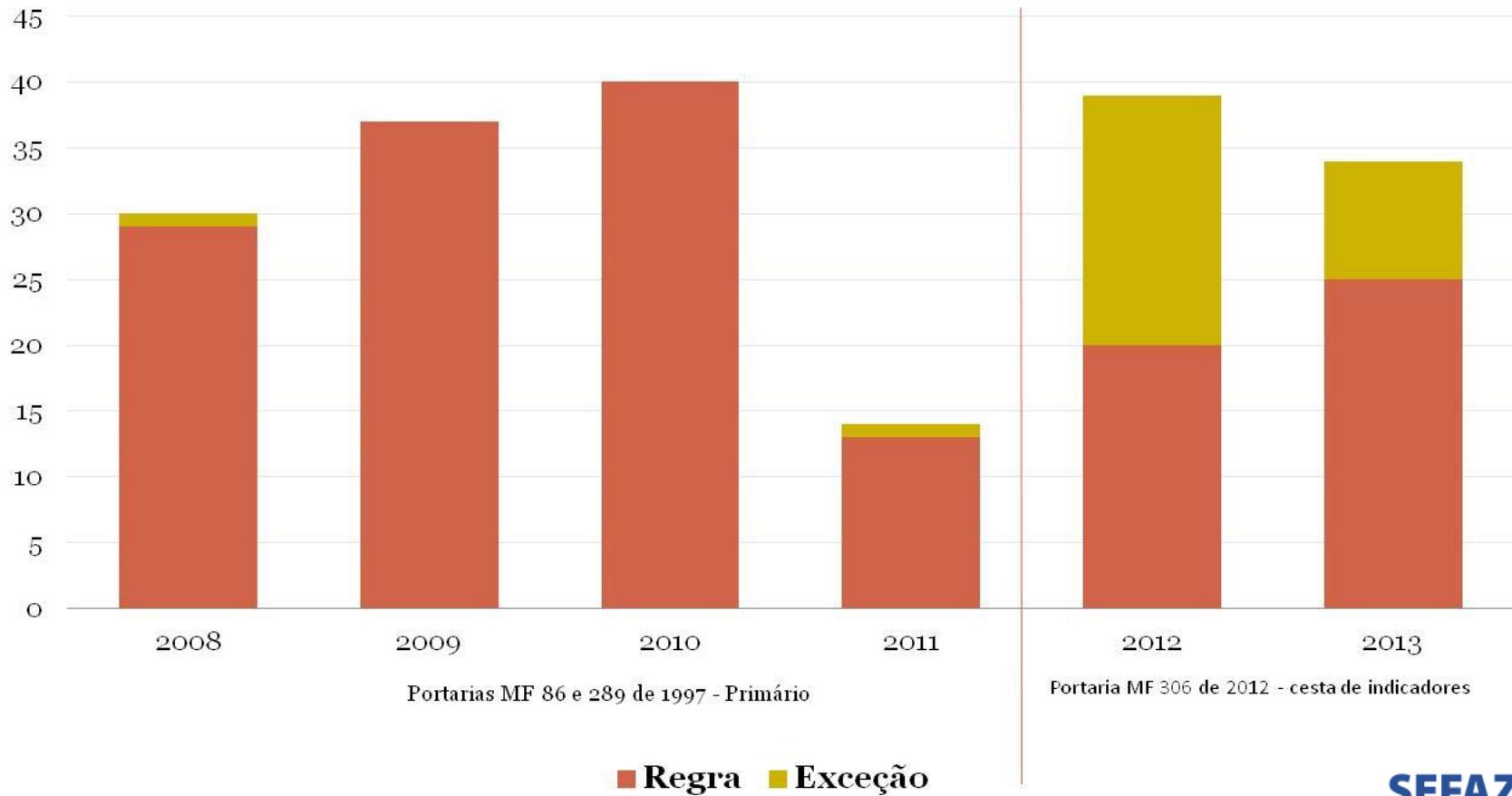
Elaboração: Vescovi (2014).

SEFAZ

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



Pareceres da STN - empréstimos externos com Aval da União - submetidos à regra de excepcionalidade



Elaboração: Vescovi (2014).



Gráfico 1: Resultado Primário dos Governos Estaduais acumulado em 12 meses, em % PIB



Fonte: Banco Central do Brasil

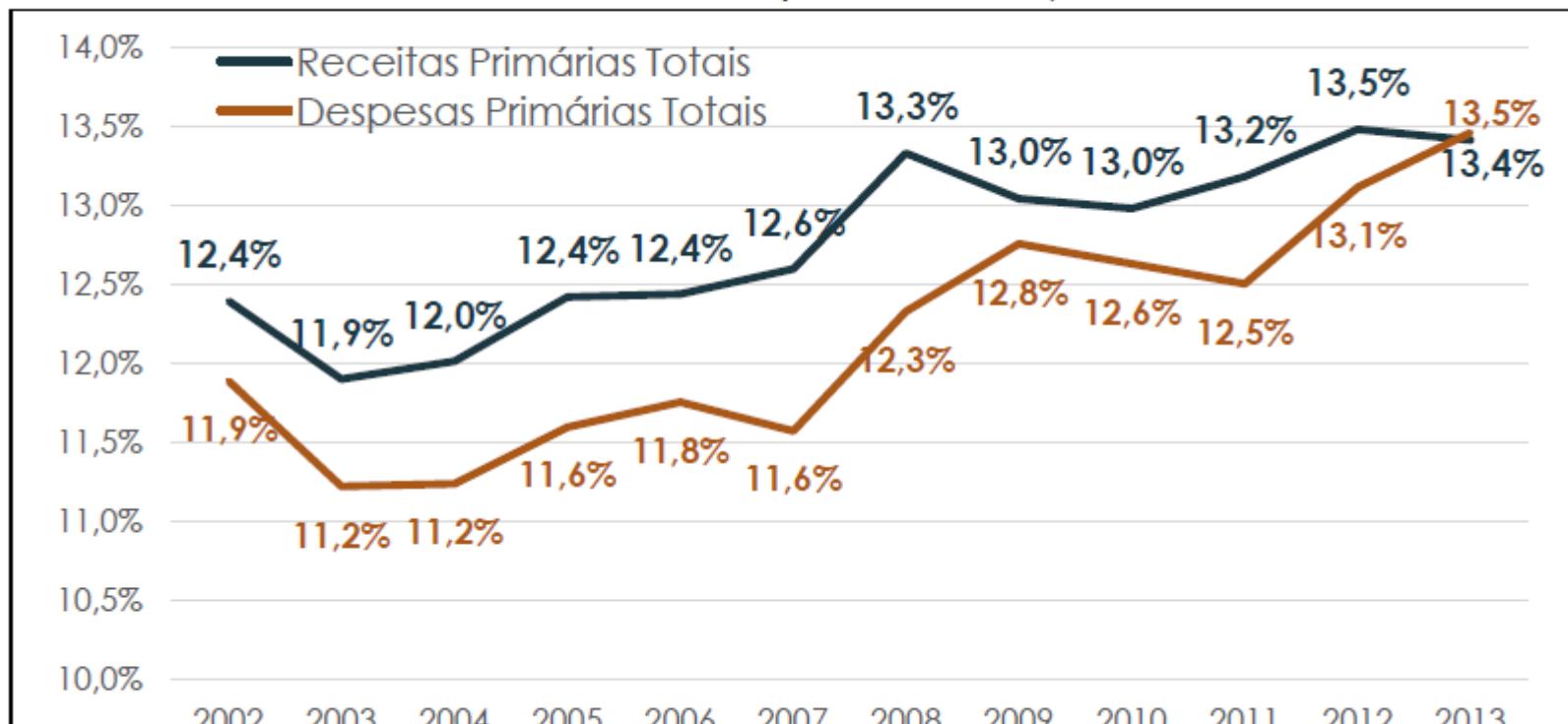
SEFAZ

Elaboração: Maciel (2014).

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



Gráfico 3: Receitas e Despesas Primárias, em % PIB



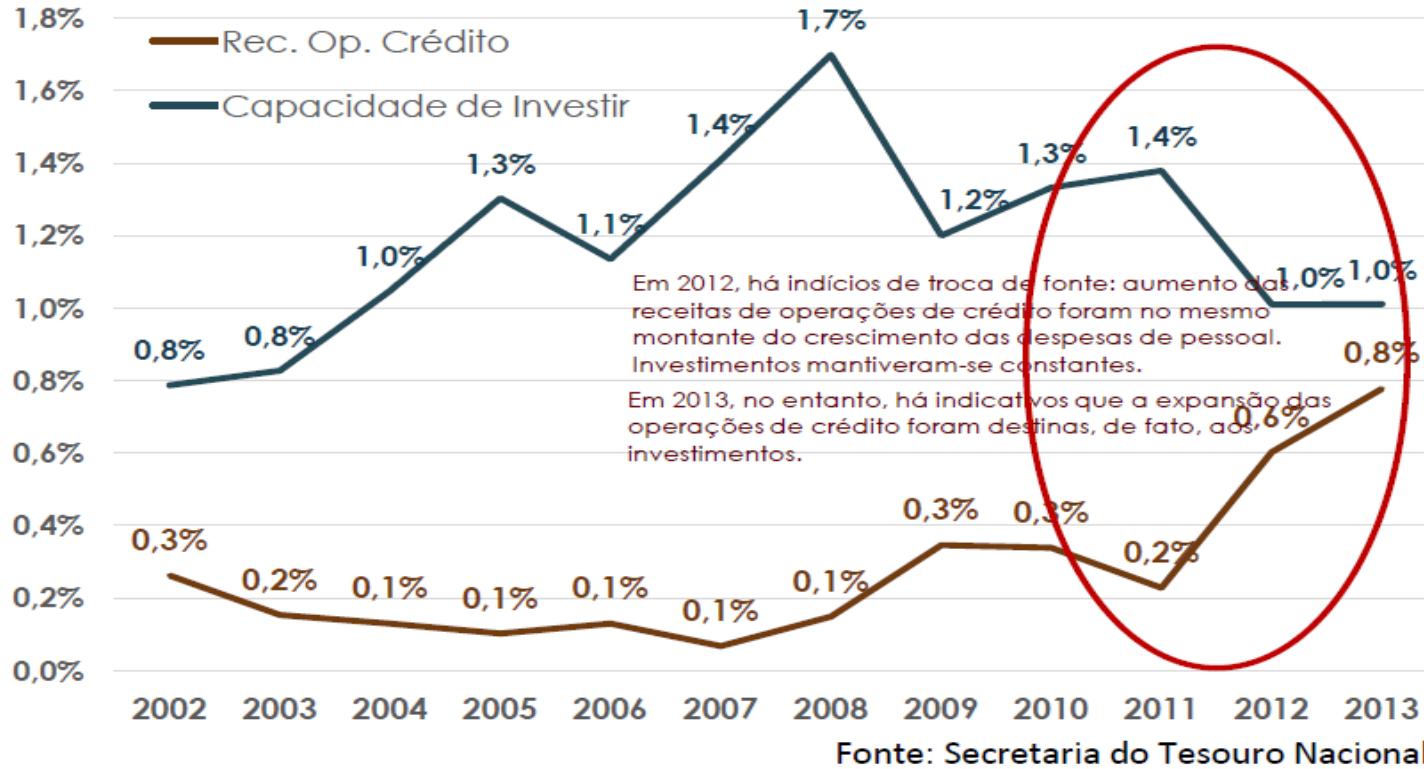
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: Maciel (2014).

SEFAZSECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



Gráfico 6: Receitas de Operações de Crédito e Capacidade de Investir com Recursos Próprios, em % PIB



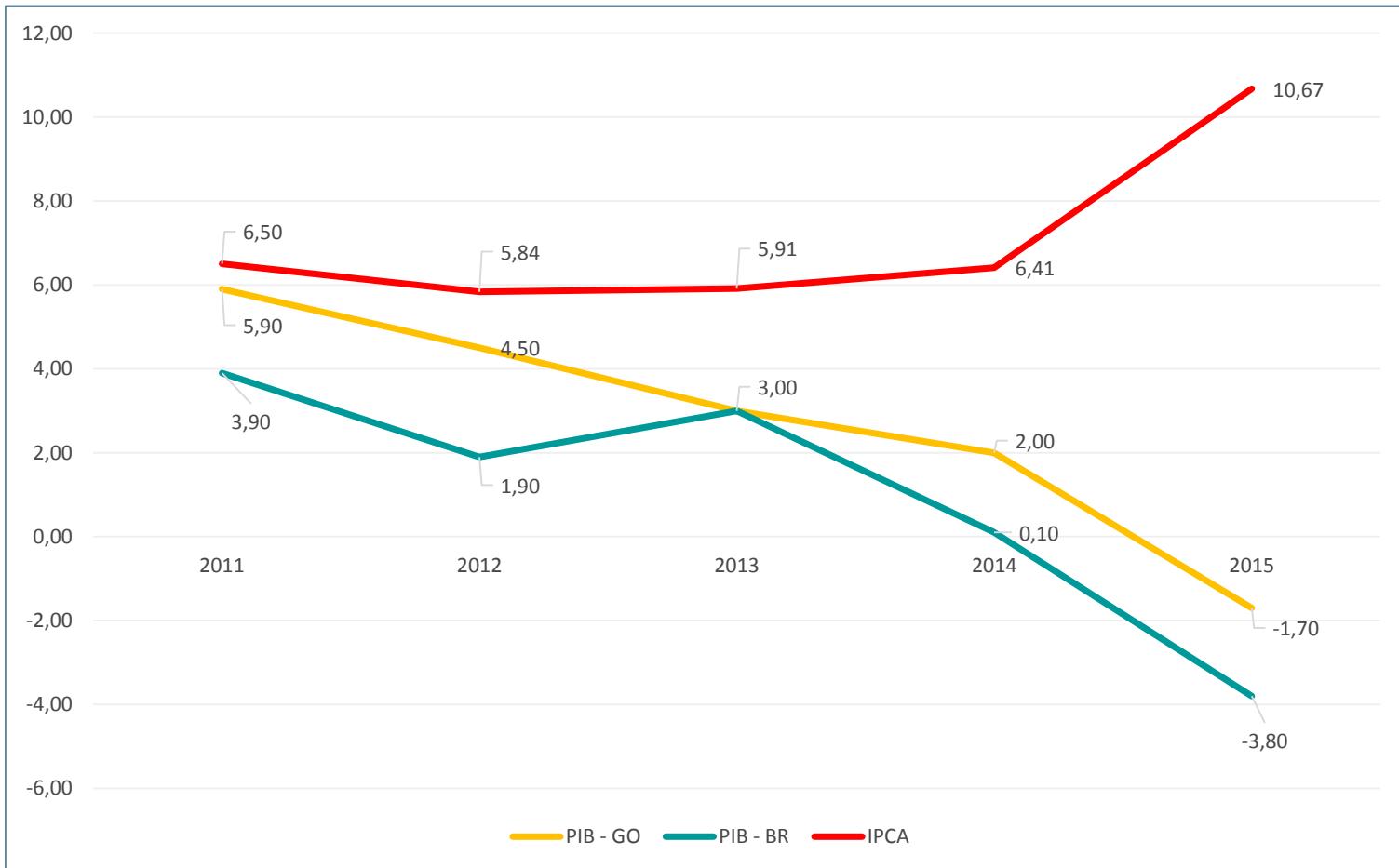
Elaboração: Vescovi (2014).

SEFAZ

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GRÁFICO I
INFLAÇÃO (IPCA) E PIB GOIÁS/BRASIL





Resultado

- ✓ Estados com grave problema de caixa
- ✓ Solução exige enfrentamento do problema
 - ✓ Elevado custo político
 - ✓ Medidas estruturais dependem do Congresso Nacional
- ✓ Os estados estão buscando o ajuste
 - ✓ O que foi feito não é suficiente
 - ✓ Necessidade de medidas adicionais



Sumário da Apresentação

1

Contexto da Crise dos Estados

2

Balanço de 2015 – A Experiência de GO

3

O PLP257/16

4

Conclusões



QUADRO VI
COMPARATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA COM A REALIZADA
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO/ 2015
RECURSOS DE TODAS AS FONTES

DISCRIMINAÇÃO	Jan a Dez / 15		DIFERENÇA (C = B – A)	% TOTAL (D)	Meta Alcançada (E = B / A)
	PREVISÃO (A)	REALIZADO (B)			
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	12.878.238.516	11.141.775.706	-1.736.462.810	100,00%	-13,48%
ICMS ¹	9.657.960.239	8.203.702.081	-1.454.258.159	73,63%	-15,06%
IPVA ¹	529.295.684	390.110.020	-139.185.664	3,50%	-26,30%
ITCD	193.649.749	235.254.256	41.604.507	2,11%	21,48%
IRRF	1.193.957.327	1.101.461.332	-92.495.995	9,89%	-7,75%
Taxas	1.303.375.516	1.211.248.018	-92.127.499	10,87%	-7,07%

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Estadual / SEFAZ-GO

¹ Valores líquidos, já deduzidos as transferências constitucionais aos municípios (Jan-Dez/15 R\$ 3.879.278.381,19).

Nota: Valores Previstos (A) constantes da LOA/2015, referentes ao III Quadrimestre/2015.



Goiás fez um forte ajuste fiscal – talvez o maior ajute proporcional do País

- ✓ **3bi de frustração de receita**
- ✓ **2,5bi de corte no orçamento**
- ✓ **1,5bi de aumento na folha de pessoal**

Ainda assim: aumento nominal da receita + 5,98%

- Acréscimo de 6,46% da receita tributária

A despesa total do Estado cresceu 3,6%, o que é muito positivo, considerando a trajetória fiscal do passado e a inflação de mais de 10% no ano

- **Queda de 8,4% na despesa do Tesouro (ex-folha)**
- **Custeio cresceu 7,4% e folha 10,1% (sem pagamento de data-base)**
- **A redução nas despesas veio na linha de investimento, com queda de 41% (60% nas fontes tesouro).**
 - Ainda assim, o Estado investiu, R\$1,5 bilhão no ano de 2015



Despesas com Fonte do Tesouro Estadual (exceto vinculações)

DESPESAS	2015	2014	%
Pessoal e Encargos Sociais	10.463.218.566	9.505.123.109	10,1%
Executivo	8.365.562.814	7.596.312.440	10,1%
Judiciário	1.077.874.007	984.432.858	9,5%
Assembleia Legislativa	265.149.925	238.074.096	11,4%
Tribunal de Contas do Estado - TCE	216.036.889	193.661.293	11,6%
Tribunal de Contas dos Municípios - TCM	105.923.502	99.116.136	6,9%
Ministério Público	432.671.429	393.526.286	9,9%
Outras Despesas Correntes (exceto vinc.)	815.160.996	759.027.881	7,4%
Executivo	693.794.224	659.559.903	5,2%
Judiciário	0	0	-
Assembleia Legislativa	28.252.964	26.370.791	7,1%
Tribunal de Contas do Estado - TCE	13.383.881	9.528.720	40,5%
Tribunal de Contas dos Municípios - TCM	5.298.786	4.229.583	25,3%
Ministério Público	74.431.141	59.338.884	25,4%
Investimentos (exceto vinc.)	92.039.886	231.103.909	-60,2%
Executivo	77.177.804	177.836.559	-56,6%
Judiciário	0	0	-
Assembleia Legislativa	2.524.781	12.701.895	-80,1%
Tribunal de Contas do Estado - TCE	6.311.836	24.796.853	-74,5%
Tribunal de Contas dos Municípios - TCM	60.298	5.911.333	-99,0%
Ministério Público	5.965.168	9.857.270	-39,5%



- ✓ **Dois pontos saltam aos olhos**
 - **Crescimento das despesas com custeio e folha 2x o crescimento da receita**
 - **Redução no investimento garantiu um resultado positivo**
 - Funciona como medida emergencial
 - Se repetido indefinidamente significará o colapso dos serviços públicos e da máquina



QUADRO IV - RESULTADO PRIMÁRIO – RECURSOS DE TODAS AS FONTES

RECEITAS FISCAIS	RECEITAS REALIZADAS		DIFERENÇA (A - B)	%
	JAN A DEZ/15 (A)	JAN A DEZ/14 (B)		
I - RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	18.958.849.443	17.992.730.245	966.119.198	5,37%
Receita Tributária (ICMS / IPVA / ITCD / Outras) ¹	11.141.775.706	10.465.488.993	676.286.713	6,46%
Receitas de Contribuições	2.746.623.433	2.482.631.950	263.991.483	10,63%
Receita Patrimonial Líquida	41.104.031	207.746.398	-166.642.367	-80,21%
Transferências Correntes (FPE / IPI / LC 87-96)	4.198.990.572	3.953.205.529	245.785.043	6,22%
Demais Receitas Correntes	830.355.701	883.657.375	-53.301.674	6,03%
II - RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (II)	239.854.735	122.636.057	117.218.678	95,58%
III = I + II TOTAL - RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	19.198.704.178	18.115.366.302	1.083.337.876	5,98%
DESPESAS FISCAIS	DESPESAS EMPENHADAS		DIFERENÇA (A - B)	%
	JAN A DEZ/15 (A)	JAN A DEZ/14 (B)		
IV = A + B DESPESAS CORRENTES LÍQUIDAS	17.619.281.337	15.913.561.785	1.705.719.552	10,72%
A - Pessoal e Encargos Sociais	12.506.910.446	11.321.242.770	1.185.667.676	10,47% ↑
B - Outras Despesas Correntes (Programas Sociais/ Apoio Administrativo)	5.112.370.891	4.592.319.015	520.051.876	11,32%
V = C + D DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDAS	1.573.397.795	2.882.387.401	-1.308.989.605	-45,41%
C - Investimentos	1.491.719.272	2.530.719.141	-1.038.999.868	-41,06% ↓
D - Inversões Financeiras	81.678.523	351.668.260	-269.989.737	-76,77%
VI = IV + V TOTAL – DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	19.192.679.132	18.795.949.186	396.729.947	2,11%
III – VI = RESULTADO PRIMÁRIO	6.025.045	-680.582.884	686.607.929	-100,89%

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Estadual.

¹ Valores líquidos, já deduzidos as transferências constitucionais aos municípios (Jan-Dez/15 R\$ 3.879.278.381,19).

Variação Percentual nominal



✓ Mudança de Rumo





Sumário da Apresentação

1

Conjuntura Econômica

2

Balanço de 2015

3

O PLP257/16

4

Conclusões



A ênfase correta

- ✓ À exceção de 3 ou 4 estados, não temos um problema de endividamento
- ✓ Temos um problema estrutural na relação gasto (não financeiro) e receita
 - ✓ Problema está no nível dos gastos mas está também na trajetória
 - ✓ O problema está no comprometimento das receitas com o custeio da máquina, em particular, com a folha de pessoal
 - ✓ 80% de comprometimento com despesas de pessoal
 - ✓ Setor público é intensivo em mão de obra, em particular saúde, segurança e educação, mas a equação está completamente desbalanceada
- ✓ Resolver as questões de fluxo (alívio financeiro) sem atacar os problemas estruturais significa adiar e ampliar o problemas



Três pilares (o que foi negociado com o MF)

1. Fôlego de curto prazo

1. Alongamento das dívidas
2. Desconto nas parcelas (superendividados)

1. Expondo a realidade

1. Redefinição da despesa de pessoal
2. Prazo de 10 anos para reenquadramento
3. Separação por poder

2. Medidas de correção

1. Limitação do crescimento das despesas de pessoal e custeio
2. Liberar recursos dos tesouros para investimentos
3. Aumento da contribuição previdenciária
4. Poderes autônomos



- ✓ Sem qualquer um dos 3 pilares o projeto se desequilibra
 - ✓ Estados não têm folego para chegar ao final do ano
 - ✓ A realidade precisa ser exposta
 - ✓ Há necessidade – e espaço – para medidas de reequilíbrio fiscal
 - ✓ Dificuldades políticas regionais e/ou menor ímpeto por reformas em alguns estados exigem uma lei federal que dê o respaldo e condicione os benefícios do alongamento às contrapartidas
 - ✓ O nível atual de desequilíbrio e a trajetória de gastos dos estados, se não revertidos, não só comprometerão direitos presentes e futuros dos servidores como nos levarão ao comprometimento irreversível da qualidade da prestação dos serviços públicos nos estados



Sumário da Apresentação

1

Contexto da Crise dos Estados

2

Balanço de 2015 – A Experiência de GO

3

O PLP257/16

4

Conclusões



- ✓ Estados estão em colapso
- ✓ Desequilíbrio estrutural tem que ser combatido
- ✓ A simples redução das despesas financeiras irá garantir fôlego de curto prazo
 - ✓ Mas irá também agravar o problema em boa parte dos estados
 - ✓ Abre espaço para pressões de custo (pessoal e custeio)
- ✓ **Medidas estruturais são imprescindíveis para reverter a atual trajetória**
 - ✓ PLP257 ataca parte dos problemas
 - Regras de estabilidade do servidor público
 - Alterações na Lei de Greve do funcionalismo público
 - Piso nacional dos professores